

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS
RUA AFONSO PENA Nº 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO nº 276/2022
PROCESSO 140/2022 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2022

I - EMENTA

Direito administrativo. Dispensa de Licitação. Contratação emergencial de Empresa especializada no fornecimento de recargas de oxigênio medicinal para atendimento dos Municípios consorciados.

II– DOS FATOS

Trata o presente de consulta elaborada pelo Setor de Licitações, em que se requer a elaboração de parecer jurídico relativo à regularidade do processo de dispensa em razão de justificativa do art. 24, IV e art 26 da lei 8.666/93.

III- RELATÓRIO

Versam os presentes autos sobre a dispensa de licitação nº 019/2022, para contratação da Empresa especializada no fornecimento de recargas de oxigênio medicinal para atendimento dos Municípios consorciados.

Constam desse processo administrativo, dentre outros, os seguintes documentos:

- 01) Solicitação inicial – evento 02
- 02) solicitação de orçamentos e orçamentos – evento 03
- 03) Solicitação de abertura de licitação – evento 04
- 04) Parecer Contábil – evento 05
- 05) Autorização para abertura de processo administrativo de licitação – evento 06
- 06) Ato de Consórcio – evento 07
- 07) Justificativa de dispensa e termo de referência – evento 08
- 08) documentação proposta vencedora – evento 09
- 09) Ata de Reunião de Abertura e Julgamento de Processos Licitatórios – evento 10
- 10) pedido de parecer jurídico – evento 11

É o relatório

IV– DO PARECER

Conforme consta do Termo de Referência e da Justificativa, de lavra do Coordenador do Setor consulente, embora o CONIMS tenha firmado Ata de Registro de Preços para o objeto em questão, ainda em vigor, com a empresa PATO GÁS, o fornecimento foi suspenso em razão da notícia de



indício de irregularidade no envase e possível adulteração de conteúdo dos cilindros, conforme Mandado de Busca e apreensão de cilindros expedido nos autos nº 0003775-31.2022.8.16.0131 que tramita na vara criminal de Pato Branco.

Conforme é de conhecimento do CONIMS, foram expedidos mandados semelhantes para apreensão dos cilindros utilizados pelos Municípios consorciados, de modo que, atualmente estão desprovidos do insumo ou com sua capacidade minimizada.

Dada a essencialidade do item (cilindro envasado com oxigênio medicinal, AR COMPRIMIDO E NITROGÊNIO LÍQUIDO) e a impossibilidade de cessação de atendimentos nos postos de saúde e demais unidades de atendimentos do SUS, nesse contexto, surge a necessidade de aquisição emergencial.

Consta da Justificativa que foi realizada extensa pesquisa de preços para abertura de novo processo de contratação, eis que o segundo colocado no pregão não aceitou praticar preço semelhante, tendo-se também indicado o critério de pesquisa:

- *Dos endereços eletrônicos encontrados na internet;*
- *Dos fornecedores que habitualmente já entregaram em outras ocasiões ou entregam;*

Sugere-se, contudo, seja aferido o preço praticado por outros entes públicos, para compor uma cesta de preços mais próxima da realidade e evitar eventual manipulação abusiva de mercado pela iniciativa privada.

Desse cenário entende-se tratar de contratação emergencial, com indicação de dispensa de licitação, com fulcro no artigo 24, IV, da Lei 8.666/93:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

A hipótese, como se vê, merece interpretação cautelosa, já que a ausência de licitação é a exceção e sua dispensa deve ser sempre interpretada à luz desse princípio.



No caso, entretanto, as justificativas lançadas nos autos, acompanhadas de farta documentação, demonstram não ser possível aguardar o desenrolar do processo criminal, até porque a vigência da Ata está se encerrando, e, ante o princípio da precaução que orienta a não utilização de cilindro com ar supostamente adulterados, isso apurado pelo Ministério Público e acolhido cautelarmente pelo Poder Judiciário. O fator tempo é relevante no presente caso.

Forte nessas considerações, tem-se caracterizada a situação de emergência, de necessidade de atendimento imediato aos interesses tutelados pelo ordenamento, sob pena de sacrifício dos mesmos.

Destarte, mostra-se possível a presente dispensa de licitação, uma vez que restou caracterizada a situação de excepcional de urgência, atentando-se à exigência constante no artigo 26 da Lei de Licitações:

"Art. 26. Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;"

Para que a dispensa ocorra são necessários alguns requisitos, Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo nos ensinam quais as possibilidades legais para que a dispensa ocorra:

"Podemos falar genericamente em dispensa de licitação para abranger todas as hipóteses em que, embora exista viabilidade jurídica de competição, a Lei autoriza a celebração direta do contrato ou mesmo determina a não realização do procedimento licitatório. Nos casos em que a lei autoriza a não realização da licitação diz-se ser ela dispensável." (ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo descomplicado.15. Ed.2008. Ed. Impetus. pg.464.) (grifos nossos).

Assim, consoante legislação e doutrina supracitadas, nota-se, que no presente caso o CONIMS está autorizado a realizar a contratação por dispensa de licitação, tendo em vista o caráter essencial e inadiável do serviço público, o qual virá a ser afetado caso não seja efetuada, torna-se indispensável a presente dispensa de licitação, devidamente acompanhada de pesquisa de mercado.

Ressalva-se, contudo, a necessidade de observância do prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que a situação emergencial seja regularizada, o que foi observado na Minuta do Contrato que acompanha os presentes autos, que indicou prazo de vigência de 4 meses

Celebrado o contrato, há que se dar andamento também à abertura de novo processo licitatório, para contratação pela via regular.

V – CONCLUSÃO

Diante do exposto, s.m.j., com base nas razões de fato e de direito narradas, essa parecerista se manifesta pelo prosseguimento do feito, observados os pontos do Edital.

Pato Branco, 10 de junho de 2022.


Maria Cecília Soares Vannucchi
OAB/PR 35.313